

Dívida
externa

A solução possível

Vai ficando claro que o país está marchando rapidamente para a decretação da moratória unilateral da dívida externa. É razoável acreditar que esta não é a aspiração maior do presidente José Sarney nem condiz com seu temperamento, mais propenso à negociação e à transigência. No caso, ele está sendo levado por tal desfecho por uma conjugação de fatos políticos e econômicos a que deve dar ritmo e disciplina.

Inicialmente, porque a sociedade atingiu o limite de tolerância às condições extorsivas com que os bancos exigem o pagamento dos juros e da dívida. Pagamos elevadas taxas de riscos que não se compatibilizam com o perfil de um devedor correto. Estamos exportando para o exterior 1 bilhão de dólares, a cada mês, doze bilhões por ano, para financiar o déficit público dos Estados Unidos. Quando se arma tremenda barulheira em torno do insucesso do governo, no tocante ao saldo da balança de pagamentos, a preocupação não é com a retomada do desenvolvimento interno, com a ampliação do mercado doméstico, com a melhoria da qualidade de vida de nossa população e, sim, com a agiotagem internacional que fica ouriçada pelo risco de não poder nos tirar a cada mês, como Shilock, um naco da carne de cada cidadão brasileiro. Tal situação era possível, embora inaceitável, quando a Nação ainda se encontrava sob a pressão das armas. Não agora, que a emancipação da cidadania mostra uma sociedade questionada, inquieta e insubmissa.

Além do mais, a classe política está reclamando da parte do governo Sarney atitude enérgica no tocante à renegociação da dívida. Não são apenas governadores, senadores e deputados do PMDB que procuram verbalizar o descontentamento dos trabalhadores. O próprio PFL, prudente e conservador, sustenta a tese da moratória porque sabe que os próximos sacrifícios não serão exigidos mais apenas da classe média e dos assalariados, mas também da burguesia nacional.

Os fantasmas, plantados nos meios de comunicação contra a moratória, são meros fantasmas.

Não há notícias na história, como espalham ex-ministros, gordamente instalados na folha de pagamento de bancos estrangeiros, de que os Estados Unidos tomaram nossos aviões e nossos bancos.

Não há risco de que aviões da Varig sejam capturados em Nova Iorque pelo Tesouro norte-americano, porque isso nos levaria a fazer o mesmo a Panam, aos bancos ianques, às companhias de petróleo norte-americanos. Afinal, o Brasil não é uma Nicarágua, alvo da prepotência de trogloditas de Ronald Reagan. Não faltará petróleo, como dizem, porque a maioria das compras de combustível se processa à base da troca por alimentos, carros e armamentos de que dispomos.

Além do mais, os Estados Unidos não poderão coagir o Brasil mais do que têm feito até agora, porque este é um grande país, decisivo para a segurança do hemisfério, vinculado firmemente aos ideais democráticos, que não pode ser impunemente jogado no desespero. Ou a frota americana viria para nossa costas cobrar dívidas de seus agiotas? Pode até ser a vontade da Casa Branca. Mas não se concretizará porque poderá levar o México, a Venezuela e a Argentina a seguir nosso exemplo e dinamitar o sistema financeiro internacional vigente.